

## **Ilusão transcendental e ilusão de ótica: a genealogia da ilusão nas obras kantianas em 1766 e 1787**

[Transcendental illusion and optical illusion: the genealogy of illusion in the Kantian works in 1766 and 1787]

Marcio Tadeu Girotti\*

Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia, Brasil)

### **Introdução**

Logo no início da Seção da Dialética Transcendental da *Crítica da razão pura*, na introdução desta seção, encontramos o termo *Schein*, na subseção I intitulada no original alemão por “*Vom transzendentalen Schein*”. Fazendo uma tradução livre desse título temos, em nosso português, a sentença “Da aparência transcendental”, versando o termo *Schein* pela sua tradução mais próxima, no vernáculo, por *aparência*. Aqui é que começa nosso problema.

No Alemão, *Schein* significa, por uma tradução direta, aparência. Agora, na tradução brasileira da obra de Kant pela Coleção Os Pensadores, *Schein* é traduzido por ilusão, mas o tradutor traz uma nota que explica que a palavra *Schein* tem sentido de aparência ilusória, ou seja, significa aparência, mas é uma aparência que traz confusão, algo que ainda é aparente, sem consciência clara.

Diante disso, verificamos algumas traduções para constatar se é somente a nossa versão brasileira que traz tal significado para o termo. Isso se deu por conta de uma pesquisa que tem por objetivo entender a ilusão transcendental apresentada na *Crítica* por meio de um retrocesso ao escrito pré-crítico *Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica* (1766). Mas, ao pretender isso, nos deparamos com um problema: no original alemão desta obra, Kant não utiliza *Schein*, mas sim palavras que significam engano e ilusões criadas pelo próprio sujeito ou por influências externas. Nesse sentido, procuramos entender esses termos para poder compreender o *Schein* da *Crítica da razão pura*.

Traduzir *Schein* por ilusão causa, a nosso ver, alguns problemas iniciais. No entanto, para o nosso português, é uma boa saída para compreender a ilusão transcendental. Isso porque *Schein* significa, a princípio, aparência e a “aparência”

---

\* Pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista Capes. [girotti\\_mtg@hotmail.com](mailto:girotti_mtg@hotmail.com)

em Kant tem um significado preciso, é um conceito. Aparência na filosofia de Kant é aquela prévia apreensão de um múltiplo sensível que ainda não tem forma, ainda não é um fenômeno, ainda será sintetizado e transformado em objeto por meio das categorias do entendimento que tem acesso a este múltiplo referindo-se à intuição pura espaço e tempo. Assim, se *Schein* é aparência, neste sentido expressado acima, a ilusão que Kant apresenta não poderia ser expressada por outros termos alemães, se não *Schein*.

A etimologia de *Schein* nos leva a crer que Kant procura afirmar que há uma ilusão a se formar, que ainda não existe, algo como uma pré-ilusão, pois só podemos nos iludir quando há algo para se iludir e, nesse caso, *Schein* como aparência causa esta impressão de ser algo que ainda será ilusório.

A ilusão transcendental em Kant é caracterizada por meio de uma confusão de princípios subjetivos e objetivos da razão. A razão exige uma unidade das regras do entendimento com vistas a um incondicionado, uma unidade, uma ideia, enquanto pressupõe, ao mesmo tempo, que toda a série dos condicionados dados precisa trazer junto com ela o incondicionado, isto é, se o condicionado é dado é também dada toda a série das condições, que por sua vez é incondicionada (*KrV*, B 364). Com isso, procuramos entender que ainda não há uma unidade, ainda não há uma ideia, e ainda não há uma ilusão. A ilusão estaria nesta confusão do princípio subjetivo da razão tomado como objetivo, mas ainda não se atingiu o incondicionado para ser determinado e, aí sim, constituir uma ilusão. Por isso, acreditamos que Kant utiliza *Schein* com o significado de aparência para mostrar esta pré-ilusão, uma primeira visão da coisa sem a sua determinação.

Para entendermos melhor isso, é preciso rever as palavras que Kant utiliza para este conceito de ilusão transcendental, passando por algumas traduções e também retrocedendo em seus escritos para verificar outros termos alemães utilizados para caracterizar ilusão. Mas é preciso ressaltar que tal ilusão é um termo versado do alemão para compreensão em nosso português.

### ***Crítica à metafísica tradicional nos Sonhos de um visionário***

Nos *Sonhos*, Kant afirma que “a metafísica é uma ciência dos *limites da razão humana*” (*TG*, AA 02: 368, grifo do autor). Afirmção fundamental, pois teria inaugurado o problema dos limites do conhecimento carregando consigo a investigação acerca da ilusão, do engano, do erro e do *focus imaginarius*. Esses temas reaparecem em escritos futuros, principalmente, na *Crítica da razão pura*, que é um dos nossos objetos de discussão.

Nos *Sonhos*, Kant apresenta uma crítica ao racionalismo dogmático que pretende dar provas da existência de um mundo que transcende as possibilidades de conhecimento. A crítica de Kant a esta metafísica tem como personagem principal Swedenborg. Kant investiga as histórias fantasiosas de Swedenborg a fim de compará-las com as provas racionais da metafísica tradicional, para com isso procurar delimitar o alcance do conhecimento humano; Kant atribui essa tarefa precisamente à metafísica, entendida como ciência dos limites da razão humana (TG, AA 02: 368).

Como essa tarefa é realizada? Instigado pelo fato das histórias de Swedenborg se apoiarem, aparentemente, em fatos conhecidos, Kant é levado a investigar a extensão do nosso conhecimento, analisando o problema em ultrapassar os limites do mundo sensível. Ligado a este problema, pela curiosidade em conhecer este mundo, pois também é intuito de Kant recorrer a Swedenborg e colocar em evidência as aventuras da metafísica no mundo suprassensível, Kant procura traçar o paralelo entre Swedenborg e a própria metafísica:

O iniciado já acostumou o entendimento grosseiro e preso aos sentidos externos a conceitos superiores e mais abstratos e agora pode ver figuras espirituais e destituí-las de roupagem corporal naquele crepúsculo com o qual a luz fraca da metafísica torna visível o reino das sombras (TG, AA 02: 329).

A passagem acima mostra a investigação de Kant sobre o problema de uma possível experiência do mundo espiritual (imaterial)<sup>1</sup>, o qual seria penetrável pela alma humana por meio de um “influxo psico-físico”, uma interligação entre a alma dos homens com o mundo dos espíritos. A investigação dos *Sonhos*, aqui, nada mais é do que verificar, através dos relatos de Swedenborg, até então não convincentes, se as provas da metafísica dogmática são válidas. Essas questões, presentes tanto em Swedenborg quanto na metafísica, a serem examinadas, em última análise, não são invenções, mas estavam ligadas à curiosidade do nosso entendimento em conhecer um mundo que ultrapassa a experiência possível.

As histórias de Swedenborg, para Kant, possuem credibilidade, pois parecem trazer provas que confirmam a existência de um mundo superior, espiritual, que poderia trazer respostas a várias questões sem solução, como por exemplo: a própria existência de um mundo espiritual, ou ainda, a própria causa dos acontecimentos do universo. Segundo Kant:

---

<sup>1</sup> Ironicamente, Kant admite a existência do mundo espiritual para obter um fundamento de análise, pois, ao estabelecer que o mundo espiritual deve existir, por meio da análise das histórias de Swedenborg, Kant pôde investigar o conceito de espírito, entidade espiritual, alma humana, comércio ou influxo psico-físico. Sem admitir tal existência hipotética, não faria sentido investigar entidades espirituais (Cf. TG, AA 02: 329-334). Em uma das passagens sobre este assunto, Kant (TG, AA 02: 329) diz: “Uma vez que esses seres imateriais [espíritos] são princípios espontâneos, portanto substâncias e naturezas subsistentes por si, a primeira consequência a que se chega é a seguinte: que eles imediatamente unidos entre si talvez constituam um grande todo, que se pode chamar de mundo imaterial (*mundus intelligibilis*).”

[...] Se, por um lado, voltarmos nossa atenção para aquela espécie de seres que contêm o fundamento da vida no universo [...] nos veremos persuadidos, se não pela distinção de uma demonstração, pelo menos com a sensação prévia de um entendimento advertido <übten>, da existência de seres imateriais, cujas leis causais particulares são chamadas pneumatológicas e, na medida em que os seres corporais são causas intermediárias de seus efeitos no mundo material, orgânicas. (TG, AA 02: 329)

O visionário que busca conceitos mais superiores é vítima da confusão entre o que é real e o que é fantasia. Ao ascender a conceitos mais universais, que não possuem uma “roupagem corporal” e são tomados com características materiais, o desavisado pode se enganar e confundir objetos reais, apresentados na sensação, com objetos fictícios apresentados pelo “reino das sombras”.

Na possibilidade de transcender o mundo dos sentidos, criam-se imagens que se assemelham a fantasias que são transportadas para a sensação apresentando o que Kant chama de ilusão da imaginação:

Mesmo assim esse tipo de manifestação não pode ser algo comum e habitual, mas ocorre apenas em pessoas cujos órgãos possuem uma irritabilidade extraordinariamente grande, com a predisposição de amplificar as imagens da fantasia, de acordo com o estado interno da alma e por movimento harmônico, mais do que acontece habitualmente e deve também acontecer em homens sadios. Tais pessoas incomuns seriam acometidas em certos momentos da aparência de vários objetos como exteriores a elas, os quais seriam tidos como uma presença de naturezas espirituais em seus sentidos corporais, apesar de aqui se passar tão-somente uma ilusão da imaginação <Blendwerk der Einbildung>, mas de tal modo que a causa disso é um verdadeiro influxo espiritual, que não pode ser sentido imediatamente, mas apenas se revela à consciência por meio de imagens aparentadas da fantasia, as quais assumem a aparência das sensações (TG, AA 02: 339-340).

As ilusões da imaginação que são construídas por um “influxo espiritual” consistem em quimeras, objetos imaginários, que são inventados, o que envolveria um contato com o mundo espiritual por parte de pessoas que alegam possuir a capacidade de receber informações do outro mundo. Em outros termos, esta passagem nos mostra, em linhas gerais, a ilusão que pode levar a pessoa ao erro, ao confundir verdade com falsidade. A “aparência de vários objetos exteriores”, tomados como objetos reais pela pessoa em estágio doentio, à medida que acredita perceber tais objetos na sensação, nada mais é que uma ilusão da imaginação, como projeção exterior ao campo de visão, sendo objetos inventados interiormente por ela. Por isso se pode falar em projeção, que consiste em situar no campo exterior aquilo que está no campo da imaginação, compreendendo tal objeto fictício como algo real.

Nessa passagem, Kant apresenta a ilusão utilizando o termo alemão *Blendwerk*, *Blendwerk*, em alemão, significa ilusão, com sentido de fantasmagoria, uma criação da imaginação, uma miragem, uma ilusão com sentido muito próximo de engano interno (*Täuschung*). Numa passagem dos *Sonhos* Kant trata de uma

criação de imagens, por sonhadores acordados, que são transportadas para fora destes homens. O sentido aqui é uma criação da imaginação e transposição da imagem para o campo externo a visão, isto é, um engano interno, mas que é levado ao externo. Em resumo, um *Täuschung* com sentido de *Betrug* (engano externo), mas que significa *Blendwerk*. No original alemão lê-se: “die Frage ist hier nur, wie es zugehe, das sie das *Blendwerk* ihrer Einbildung ausser sich versetzen” (*TG*, AA 02: 343); pela tradução entendemos: “a questão aqui é apenas como se dá que eles põem fora de si a *ilusão* de sua imaginação”. Portanto, *Blendwerk* tem significado de ilusão, uma vez que se é levado a acreditar em algo criado pela imaginação (interna) como sendo algo real (externo), uma ilusão ligada a uma mente criadora.

Essa projeção da imaginação, possível somente àqueles que possuem alguma espécie de distúrbio do cérebro, mostra, em algum sentido, a ilusão que leva ao erro os que são afetados por algum distúrbio, mas também mostra que “imagens aparentadas da fantasia” podem assumir “a aparência das sensações”, quando tomadas como objetos reais.

Essa possível confusão entre algo aparente e real, aventada por Kant a partir do exame das histórias de Swedenborg, conduz para a constatação, por parte de Kant, que há uma divisão entre mundo sensível e mundo suprassensível, e a partir disso, mostra que há uma projeção errônea do material no espiritual se concordarmos com a realidade das histórias fantasiosas do visionário Swedenborg, já que se mostra o mundo transcendente como objeto de conhecimento possível de ser compartilhado entre os homens. No entanto, por meio da crítica à metafísica tradicional, o conhecimento do mundo transcendental é refreado por falta de provas que fundamentem o conhecimento de objetos que transcendem nossa capacidade cognitiva.

Kant afirma que Swedenborg poderia de algum modo comprovar as teses metafísicas, contudo, a investigação de Kant, admitindo uma possível separação dos dois mundos, mostra que há limites para o nosso conhecimento. Acima de tudo, a investigação deste caso exemplar mostra que há uma ilusão que consiste precisamente em tomar como objeto de conhecimento o mundo suprassensível.

A análise sobre Swedenborg revela ilusões que podem derivar de um influxo corporal e espiritual, denominadas por Kant de *sonhos da sensação*: criação de quimeras e fantasias produzidas pela imaginação daquele que acredita nessas imagens e as toma por reais, como externas a ele quando, na verdade, tais imagens estão somente dentro dele e o ilude quando ele se aprofunda nestas “sensações”. Tal pessoa, segundo Kant (*TG*, AA 02: 342-343), pode ser chamado de *sonhador acordado*: aquele que possui uma fértil imaginação e que pode cair no sono aprofundando em sua imaginação deixando de lado as sensações produzidas pelos sentidos:

Aquele que se aprofunda em suas fantasias e quimeras, continuamente produzidas por sua fértil imaginação, de modo tal que não presta muita atenção à sensação dos

sentidos que agora mais interessam, é chamado com razão de *sonhador acordado*, pois basta que as sensações dos sentidos percam mais um pouco de sua força e ele estará dormindo, e as quimeras de antes serão verdadeiros sonhos (TG, AA 02: 343, grifo do autor).

As imagens fantasiosas seriam um indício de um distúrbio do cérebro, que caracteriza algum tipo de doença mental que faz com que a pessoa se aprofunde nesta criação e acredite que ela é real. Confundindo o real, por um lado, e a criação por outro, essa pessoa está imersa no sono, mas ela ainda está em estado de vigília, no limite entre o sono e o estar acordado, portanto, é um sonhador acordado. Agora, o sonhador acordado se distingue daquele visionário, pois o visionário transporta para fora de si as imagens criadas por ele dentro de si e, nesse ponto, é preciso saber como o visionário transporta para fora de si mesmo “a ilusão de sua imaginação” e a tem como algo real. Ou seja, o visionário consegue transpor a fantasia para o campo da sensação e a toma por real, já o sonhador acordado se aprofunda em sua imaginação no estágio do sono, mesmo que ele ainda esteja no estado de vigília; assim, ele não transporta a imagem criada para fora de si mesmo, mas se aprofunda nesta imagem em seu sono.

O sonhador acordado não é precisamente uma pessoa doente, mas tão somente uma pessoa com uma imaginação fértil. A partir disso, Kant prepara a argumentação acerca dos distúrbios de uma mente doentia, que irá criar imagens ilusórias e, ao acreditar que estas imagens são reais, esta mente doentia as transporta para o campo da sensibilidade.

Um sonhador acordado, em alto grau de corrupção, entretém-se com uma ilusão que não consegue dissipar por acreditar na força de sua criação, na intensidade destas quimeras. Essa ilusão indissipável caracteriza um distúrbio de uma mente doentia, mas ao mesmo tempo traz à tona a questão da ilusão como um engano ou um erro da capacidade de julgar, que também pode não ser corrigível:

Ademais, vê-se a partir daí também que, a doença do fantasista dizendo respeito não propriamente ao entendimento, mas à ilusão dos sentidos <*Täuschung der Sinne*>, o infeliz não pode eliminar suas quimeras por nenhum tipo de raciocínio, porque a sensação dos próprios sentidos, verdadeira ou aparente, precede a todo juízo do entendimento e tem uma evidência imediata que suplanta de longe toda persuasão (TG, AA 02: 347).

Nos *Sonhos* esta ilusão está ligada com a transposição de imagens criadas pela pessoa que possui uma mente fértil, mas que também sofre por alguma doença no cérebro, porque não consegue formar uma imagem com foco, ou, simplesmente, cria uma imagem (como quimera) e a transporta para o campo sensível. A ilusão dos sentidos é mais difícil de ser eliminada, pois precede o juízo do entendimento, e este acaba por ser seduzido por uma sensação imediata, que, verdadeira ou não, o impossibilita de julgar corretamente, podendo, com isso, ser vítima de uma aparência de verdade: ilusão.

A ilusão aqui é abordada como um *Täuschung*, termo alemão que significa ‘engano’, no sentido de iludir ou enganar, isto é, é um engano (que leva ao erro) ou ilusão, uma decepção (“sou enganado”). Trata-se de um engano próprio, ocasionado pela própria pessoa, de dentro para fora, sem influência externa, uma prescrição de um valor errado para algo, isto é, “eu me engano”. O engano, no sentido de *Täuschung*, é um engano que existe antes mesmo da própria ilusão, pois é uma criação de imagens, como quimeras, em que a pessoa cria e se engana com sua própria criação.

Com isso, Kant afirma que é possível perder-se em juízos desconexos produzindo imagens e conceitos sem fundamento, algo que ocorre em mentes doentias, mas também ocorre com a metafísica tradicional que se perde em suas teses, que apresenta fundamentos que transcendem a compreensão humana. Aqui emerge uma ilusão por meio da criação de conceitos de uma razão ‘sobrevoadante’, que não se prende ao campo da experiência possível, apresentando uma gama de objetos passíveis de representação coerente.

Não é por mero acaso que Kant toma os distúrbios mentais como sintoma que permite compreender e explicar os erros e contradições que podem vitimar a razão, quando procura explicar o mundo suprassensível. A partir disso, Kant pretende corrigir as teses metafísicas ao mesmo tempo em que procura evidenciar a ilusão da razão, que considera os objetos imaginários do mundo suprassensível como objetos representáveis em uma experiência possível, *como se* pudessem ser representados na sensação.

Nos *Sonhos*, a ilusão está na criação de imagens ou por uma mente doentia ou por uma ilusão de ótica, mas que também pode se dar com a transposição do *focus imaginarius* para fora do cérebro. Já a ilusão, na *Crítica*, está em outro plano, é uma ilusão da razão, transcendental, que é inevitável e natural, na exigência da razão pela unidade do conhecimento.

### **O *focus imaginarius* e a ideia transcendental**

Na *Crítica*, por meio da ideia transcendental e da metáfora do *focus imaginarius*, Kant procura fundamentar a sistematicidade procurada pela razão, uma vez que há uma espécie de projeção à unidade, como um caminho direcionado para um ponto focal, que constitui uma unidade, uma ideia.

Kant apresenta a ideia transcendental como um conceito puro da razão: enquanto os conceitos do entendimento *compreendem*, os conceitos da razão *concebem* (*KrV*, B 367). Ou seja, à medida que o entendimento compreende um múltiplo da intuição sensível por meio de uma síntese para construir um conceito

do objeto, a razão procura conceber uma ordem a todo conhecimento do entendimento por meio da unidade de suas regras.

Por unidade entende-se que os conceitos da razão pura são como ideias transcendentais, como máximas da razão, que estão além de qualquer experiência possível, mas servem como reguladoras para o uso do entendimento no conhecimento empírico, determinando uma ordem, sem que isso corresponda a qualquer conceito ou lei para o objeto<sup>2</sup>:

Por ideia entendo um conceito necessário da razão ao qual não pode ser dado nos sentidos nenhum objeto congruente. Portanto, os nossos conceitos racionais puros ora considerados são *ideias transcendentais*. Eles são conceitos da razão pura, pois consideram todo o conhecimento empírico como determinado por uma absoluta totalidade das condições. Não são inventados arbitrariamente, mas propostos pela natureza da razão mesma, relacionando-se por isso necessariamente ao uso total do entendimento. São, por fim, transcendentais e ultrapassam os limites de toda experiência, na qual, conseqüentemente, não poderá jamais apresentar-se um objeto que seja adequado à ideia transcendental (*KrV*, B 383-384, grifo do autor).

As ideias transcendentais: 1) consideram o conhecimento empírico como determinado por uma absoluta totalidade das condições; 2) são transcendentais e ultrapassam os limites da experiência e, portanto, nenhum objeto pode ser dado (como adequado a ela).

Nesse sentido, a totalidade absoluta dos fenômenos é somente uma ideia transcendental, por ser a ideia uma totalidade não há uma imagem, portanto, não há uma representação sensível adequada da ideia. Vemos, assim, que a ideia transcendental é um ponto de unidade, como um “norte” para a orientação do conhecimento para uma unidade suprema, incondicionada, como síntese de todo o condicionado. Mas as ideias não possuem – como as categorias do entendimento que fornecem uma unidade ao múltiplo da intuição sensível – uma dedução objetiva, uma dedução que prove a validade objetiva das ideias transcendentais, isto é, que possam ter um objeto dado congruente a elas.

A ideia transcendental é derivada da natureza da razão (dedução subjetiva). Ela é um modo do incondicionado e propõe nessa condição uma tarefa a ser alcançada, que só pode ser proposta com a representação do incondicionado como dado. A busca pela unidade e a pressuposição da existência do incondicionado estão fundamentadas na ilusão transcendental. Esta ilusão, que é natural, consiste

<sup>2</sup> As ideias transcendentais são conceitos puros da razão, que por meio de princípios determinam o uso do entendimento na totalidade da experiência (*KrV*, B 368), tendo a razão a função de universalizar o conhecimento por conceitos, partindo de um dado condicionado até a totalidade deste condicionado, que é incondicionada. Como exemplo, podemos dizer: “Aristóteles é mortal”, tal aceção é possível de ser atestada somente pelo entendimento em observação à experiência. Aqui, a razão procura a condição sob a qual é dado tal predicado, uma condição mais geral do juízo que julga que “Aristóteles é mortal”. Encontra-se, pois, o conceito de homem, já que “todo homem é mortal”. Com isso, posso admitir o conhecimento do meu objeto “Aristóteles é mortal” simplesmente pela submissão de um juízo a outro, de uma condição à outra, a caminho do conceito mais geral, mais universal (uma ideia).



em assumir que o incondicionado é dado e serve como referência para ascender até a unidade. Ela é também inevitável, pois sem admitir o incondicionado como dado, não se pode pensar a unidade. Em outras palavras, a razão, por uma decisão metafísica, admite que existe um incondicionado e que se pode pensar uma unidade de todo conhecimento sob uma ideia. E ainda podemos nos questionar: por que a razão exige esta unidade?

Devemos entender que as ideias transcendentais servem para ascender na série das condições até o incondicionado, até os princípios e, desse modo, a ideia transcendental não possui *dedução objetiva*, porque não pode ser mostrado que há um objeto congruente ou adequado a ela. O objeto da razão pura é a totalidade absoluta da síntese ao lado das condições (ao lado do condicionado, nada consegue, pois não concebe nenhum objeto possível de ser conhecido por uma intuição sensível) e ela necessita do incondicionado para pensar a série total das condições e assim fornecê-las a priori ao entendimento. Assim, “as ideias transcendentais servem somente para ascender, na série das condições, até o incondicionado, isto é, até os princípios” (*KrV*, B 394), não possuindo nenhuma dedução objetiva que corresponda a qualquer objeto.

Com efeito, Kant afirma que “não podemos ter nenhum conhecimento do objeto que corresponde a uma ideia, embora possamos ter um conceito problemático a seu respeito” (*KrV*, B 397). Tal conceito problemático é o ponto da crítica e da tarefa da dialética transcendental que corresponde à descoberta da ilusão, já que Kant apresenta a ideia transcendental como aquela unidade exigida pela razão. Desse modo, Kant afirma que por uma ilusão inevitável é possível que se forneça realidade objetiva aos objetos inferidos sem representação sensível, objetos da criação da razão pura: *sofismas*; e acrescenta que “poderá talvez, em verdade após muito esforço, evitar o erro, mas jamais desvencilhar-se inteiramente da ilusão, que incessantemente o importuna e escarnece” (*KrV*, B 397). Ou seja, Kant afirma que há uma ilusão, mas que é possível evitar o erro que ela induz, à medida que se caminha para o incondicionado, como unidade e exigência da razão. Evita-se o engano quando o filósofo transcendental mostra que a projeção do incondicionado como dado é só projeção subjetiva.

O *focus imaginarius*, como uma espécie de “norte”, que culmina em uma unidade, na *Crítica*, é apresentado como uma analogia à ideia como unidade sistemática, isto quer dizer que, para Kant, o *focus imaginarius* é estabelecido como uma analogia para a ideia transcendental. Não há meios de se desvencilhar a ideia do *focus imaginarius*, pois é por meio deste que é possível pensar uma ideia como unidade de todo conhecimento, já que sem a pressuposição de um “norte” como horizonte para a unidade não há meios de apresentar um conceito da razão como unidade do conhecimento (ideia).

Torna-se claro, assim, que a ideia não é o *focus imaginarius* nem este uma ideia. Trata-se de uma analogia para destacar a função projetiva da ideia que lhe confere o aspecto de ilusão e, ao mesmo tempo, o de princípio regulador.

Além da aproximação analógica do *focus imaginarius* com a ideia transcendental, esta metáfora possui uma outra analogia, caracterizada como uma imagem no espelho, em outros termos, na mesma passagem onde Kant (*KrV*, B 672-673) apresenta a ideia como um *focus imaginarius*, ele reforça o argumento caracterizando a “imagem” deste, ou da ideia, como a imagem que se projeta atrás da superfície do espelho.

### **A metáfora do espelho como analogia para o *focus imaginarius***

Nos *Sonhos*, Kant chama a atenção para a caracterização da ilusão de perceber objetos próximos com dimensões que não são proporcionais aos próprios objetos, e que acreditamos vê-los com total consciência, mas, na verdade, sua apreensão não se enquadra nos moldes de um conhecimento verdadeiro e real. Além disso, Kant toma como argumento o *focus imaginarius* como metáfora que pode resolver o problema da formação dos objetos, como reais ou inventados:

Assim se representa comumente na ótica o juízo que formulamos do lugar aparente de objetos próximos, e isso condiz bastante bem com a experiência. Entretanto, justo os mesmos raios de luz, que saem de um ponto, não atingem os nervos óticos de modo divergente, mas reúnem-se ali, por força da refração nos líquidos dos olhos, em um ponto. Por isso, se a sensação se dá apenas neste nervo, o *focus imaginarius* deve ser posto não fora do corpo, mas no fundo do olho, o que constitui uma dificuldade que não posso resolver agora e que parece ser incompreensível tanto com as proposições acima quanto com a experiência (*TG*, AA 02: 344-345, grifo do autor).

A observação que Kant faz acerca das refrações de raios luminosos, ou sobre objetos visíveis à distância, ou ainda sobre a condução de informações por nervos óticos não é de grande relevância neste momento, mas o que chama a atenção, e nos parece importante, é a parte final da passagem acima quando Kant afirma que há *uma dificuldade que não pode ser agora resolvida*, porque ainda é incompreensível. Será que é por isso que o *focus imaginarius* reaparece na *Crítica*, no Apêndice à Dialética transcendental, e aqui Kant procura resolver a questão sobre um ponto focal de unidade de imagens ou ideias ou conceitos?

Na *Crítica*, o *focus imaginarius* reaparece quando Kant postula a unidade do conhecimento sob uma ideia, que não possui representação sensível, mas se constitui dentro da exigência da razão em dar unidade às regras do entendimento e, assim, precisa pressupor o incondicionado como dado. Com isso, há uma retomada dessa metáfora quando Kant apresenta a formulação do princípio regulativo da razão para dar unidade aos conceitos do entendimento, tendo em vista a formulação

de uma ideia, mas tomando como referência linhas diretrizes que convergem em um ponto, tal como uma projeção que ocorre no espelho:

[...] as ideias transcendentais [...] possuem [...] um uso regulativo que consiste em dirigir o entendimento para um determinado objetivo com vistas ao qual as linhas de orientação de todas as suas regras confluem para um único ponto. [...] uma ideia (**focus imaginarius**), isto é, um ponto [...] ele serve para propiciar a tais conceitos a máxima unidade ao lado da máxima extensão. Disso, é verdade, surge em nós a ilusão de que essas linhas de orientação sejam traçadas a partir de um objeto que se encontre fora do campo do conhecimento empiricamente possível (do mesmo modo como os objetos são vistos atrás da **superfície do espelho**) (*KrV*, B 672, grifo nosso).

Analisando esta nova metáfora, a visão em um espelho e a ilusão de ótica se assemelham, uma vez que o objeto que aparece atrás do espelho é exterior ao campo de visão, parecendo estar à frente. Para Allison (2004), no entanto, tal objeto seria constituído por linhas de luzes, que partem do objeto real e refletem uma imagem no espelho e, procedendo por um curso retilíneo, formaria um objeto que estaria posicionado atrás do espelho. Essa alusão ao espelho está presente nos *Sonhos* quando Kant critica a metafísica em geral e Swedenborg em particular. Na *Crítica*, ela estaria presente junto à metáfora do *focus imaginarius*, que se coloca de modo inseparável do uso teórico da razão, isto é, o *focus imaginarius* é uma metáfora para a ilusão transcendental.

Uma imagem no espelho representa um objeto que está ‘atrás’ da superfície do espelho, mas que para nós é uma imagem refletida do objeto que está à frente. Em outros termos, a imagem que se projeta no espelho nos dá a sensação aparente de que há um objeto atrás do espelho, mas tal ponto focal que ali se coloca nada mais é do que um ‘ponto focal’, um alvo onde a imagem se forma. A metáfora do espelho, nesse sentido, nos mostra que: 1) há um ponto focal onde a imagem se forma como um objeto existente, mas que nada mais é do que a imagem de um objeto real que se coloca à frente do espelho; 2) a imagem que se projeta atrás do espelho não é um objeto real, mas sim uma imagem refletida de um objeto real; 3) o objeto atrás do espelho torna-se ilusório se tomado como real, ao ponto de enganar; 4) o engano que tal ilusão pode gerar é possível de ser corrigido, tomando consciência de que a imagem atrás do espelho não é um objeto real, no entanto, não muda a existência de tal objeto como uma imagem no espelho. Ou seja, a ilusão de perceber um objeto atrás do espelho não cessa, mas nem por isso somos enganados por ela. E nota-se que, por uma decisão metafísica, o ideal, o objetivo a ser atingido, a unidade pretendida é dada como objeto. Tal como afirma Heinz Heimsoeth:

O notável da aparência <Scheins> transcendental agora, a qual sempre permanece (também quando nós reconhecemos que por isso é falso) é isto: que nós colocamos no pensamento ideal o alvo sempre também como objetivo diante de nós, tal como se nós tivéssemos que lidar sempre com uma existência para nós. A reflexão transcendental pode evitar que a ilusão <Illusion> “engane”, mas não pode mudar sua existência.

Isso não é diferente na ilusão de ótica <optischen Illusion> tendo em vista um espelho: onde nós pensamos ver os objetos (também nós mesmos!) “atrás” da superfície do espelho. Mas isso é agora o mais fecundo e indispensável para nosso conhecimento empírico, que nós pensamos sempre em vista disso um ponto último <Zielpunkt> como um objeto, e de novo, exceto objetos reais, que a razão tem “diretamente” em vista e em suas diferentes regularidades – também outras, quase já experimentado ou ainda também apenas experiencial – em um possível sentido tomar em conexão com os olhos! (Assim como nós nos vemos no espelho, o que está aparentemente “atrás” de sua superfície, uma plenitude e amplitude dos objetos, os quais estão “em nossas costas”, talvez muito amplo diante do nosso futuro imediato)<sup>3</sup>. (Heimsoeth, 1969, p. 555, grifo do autor, tradução nossa)

Heimsoeth apresenta a metáfora do espelho em duas formas: 1) aparência <ilusão> transcendental; 2) ilusão de ótica. Nos dois sentidos, a metáfora que foi empregada por Kant, tanto nos *Sonhos* quanto na *Crítica*, faz referência à mesma coisa quando se trata de ilusão e engano: mesmo que se detecta a ilusão, ela não cessa! Sabemos que a imagem no espelho é um objeto refletido e que não está atrás do espelho, mas a aparência de que há um objeto atrás do espelho sempre permanece e podemos nos enganar se não deixamos em evidência este fato. Como se sabe, a ilusão de ótica nos dá a sensação de perceber que há mesmo um objeto atrás do espelho, mas nosso juízo nos mostra que tal objeto somente se forma como uma imagem refletida em um ponto onde se unem as linhas diretivas da imagem do objeto que se coloca em frente ao espelho.

Nos *Sonhos*, a metáfora do espelho aparece da seguinte forma:

Assim se determina mesmo com um só olho o lugar de um objeto visível, como ocorre, entre outros casos, quando o espectro de um corpo é visto no ar por meio de um **espelho** côncavo precisamente lá onde se cortam, antes de incidir sobre o olho, os raios que emanam de um ponto do objeto (TG, AA 02: 344, grifo nosso).

Como podemos observar, Kant lança mão da metáfora do espelho para apresentar que há um ponto focal para onde as linhas diretrizes, que partem de um objeto real, devem se dirigir para formar uma imagem correlata deste objeto. Se a imagem se projetar no ponto focal do cérebro, temos a imagem do objeto tal como ele aparece aos nossos sentidos. Se a imagem se projetar fora do ponto focal do

---

<sup>3</sup> Das Merkwürdige des transzendentalen Scheins nun, welcher immer bleibt (auch wenn wir eingesehen haben, was daran falsch ist), ist dieses: dass wir im Idee-Denken das Zielhafte immer auch gegenständlich vor uns hinstellen, so als wenn wir es mit einem immer schon für uns Vorhandenen zu tun hätten. Transzendente Reflexion kann verhindern, dass die Illusion “betrügt”, kann aber doch nicht ihr Bestehen ändern. Es ist das nicht anders bei der optischen Illusion im Blick auf einen Spiegel: wo wir denn die Objekte (auch uns selber!) “hinter” der Spiegelfläche zu sehen meinen. Aber das ist nun das höchst Fruchtbare und für unser empirisches Erkennen unentbehrlich, dass wir im Blick auf den wie einen Gegenstand gedachten Zielpunkt immer, und immer wieder, ausser den realen Gegenständen, welche der Verstand jeweils “geradezu” im Blick hat und in seinen differenten Regelmässigkeiten fast, auch andere – schon erfahrene oder auch noch erst erfahrbare – im Sinne möglichen Zusammenhangs ins Auge fassen! (So wie im Spiegel wir in dem, was scheinbar “hinter” seiner Fläche liegt, eine Fülle und Weite von Gegenständen sehen, welche uns “im Rücken” liegen, vielleicht sehr weit von dem uns unmittelbar Angehenden).

cérebro, a imagem é distorcida e não pode ser tomada como a imagem de um objeto real. Nos *Sonhos*, isso é apresentado para mostrar um conhecimento verdadeiro, mas também um erro de visão, como a ilusão de ótica, ao mesmo tempo em que apresenta as imagens formuladas por mentes doentias que possuem o ponto focal fora do ponto de convergência da imagem no cérebro.

Em outro sentido, na *Crítica*, Kant retoma a ilusão de ótica juntamente com a metáfora do *focus imaginarius* para mostrar que há outra ilusão, que não é empírica, mas sim transcendental, e a metáfora do espelho mais uma vez aparece para mostrar que há um ponto focal para onde se dirigem a projeção dos objetos para se obter uma unidade dos mesmos. Em outros termos: o espelho na *Crítica* mostra o exercício do entendimento para transcender os limites do conhecimento indo além da experiência possível, a fim de ampliar o seu conhecimento, ao mesmo tempo em que a razão projeta os conceitos do entendimento para uma unidade que tem por convergência um ponto focal: o *focus imaginarius*.

A ilusão transcendental possui uma função evidente na *Crítica*: ao mesmo tempo que evidencia o abuso no uso do entendimento para além da experiência possível, fazendo a crítica à metafísica tradicional, a mesma ilusão transcendental mostra o ponto de apoio, como um porto seguro, para o empreendimento da razão que visa a unidade sistemática sob a perspectiva de uma ideia transcendental.

Na *Crítica* detecta-se a existência de uma ilusão transcendental e uma divisão precisa entre faculdades, do entendimento e da razão, que, nos *Sonhos*, ainda não era delimitado, assim como não se compreendia a existência de uma ilusão pertencente ao âmbito da razão: a ilusão transcendental.

Nos *Sonhos*, Kant considera que há uma ilusão de ótica que insiste em não cessar por conta de um aprofundamento na imagem criada por uma imaginação que, uma vez apresentada nos sentidos, engana e faz com que tomemos esta imagem fantasiosa por coisas reais. Essa ilusão é mais difícil de ser combatida, pois ocorre em mentes doentias ou na simples confusão de representações, como uma miragem, ou figura fora de foco (como no despertar). Aqui, a ilusão é uma mera fantasia, como uma invenção arbitrária, com a qual uma razão coerente, sábia, não seria enganada por ela.

Agora, a questão se torna mais complexa quando Kant afirma, nos *Sonhos*, que há enganos da razão, que, em algum sentido, podem ser evitados, pois são erros de apreensão, que ocorrem mediante uma não limitação do campo de atuação da razão: uma

[...] ilusão coerente dos sentidos <*zusammenhängende Täuschung der Sinne*> é um fenômeno de todo muito mais notável do que o engano da razão <*Betrug der Vernunft*>, cujos fundamentos são suficientemente conhecidos, podendo ser em grande parte evitados por uma direção voluntária das forças do ânimo e um pouco mais de sujeição de uma curiosidade vazia, ao passo que aquela [ilusão dos sentidos] atinge o fundamento primeiro de todos os juízos, contra o qual, estando errado, pouco

podem as regras da lógica! [...] assim como muitas vezes se tem de separar num filósofo aquilo que ele *observa* daquilo que ele *racionaliza*, sendo até mesmo *experiências aparentes* o mais das vezes mais instrutivas do que os *fundamentos aparentes* da razão (TG, AA 02: 360-361, grifo do autor).

Aqui a ilusão está caracterizada como engano, no sentido de *Betrug*. *Betrug* é uma palavra alemã que deriva do verbo *betrügen*, que significa enganar e, assim, *Betrug* tem sentido de engano. No alemão, *Betrug* significa um engano que vem de fora, isto é, sou induzido a ele, um engano que conduz ao erro, uma falácia, um enganar. Nesse sentido, se *Betrug* é um engano que leva ao erro, *Betrug* pode também ser traduzido por ilusão, uma vez que Kant afirma que a ilusão induz ao erro (*KrV*, B 350). Agora, por exemplo, se traduzirmos a sentença “den optischen *Betrug*”, que aparece algumas vezes nos *Sonhos*, pelo seu significado exato, ficaríamos com “o engano óptico”, algo que não contradiz o que conhecemos por ilusão ótica, o que, em nossa língua, preenche o conceito de ilusão de ótica, com sentido de ilusão dos sentidos (especificamente da visão, do olho). Com isso, *Betrug* significa engano, originado por fatores externos.

Acerca dessa passagem, é preciso dividir a argumentação de Kant em partes para poder compreender o sentido da comparação entre ilusão dos sentidos e engano da razão. O engano da razão é mais fácil de ser evitado do que a ilusão dos sentidos, pois a ilusão dos sentidos está presa aos fundamentos dos próprios juízos. Quando cria imagens fantasiosas e as transporta para fora de sua mente criadora, acredita-se nesta imaginação e a toma como algo real e, dificilmente, se é convencido do contrário, pois certamente há um distúrbio do cérebro. Ao passo que o engano da razão pode ser corrigido, pois está fundado em princípios subjetivos que possuem a aparência de serem objetivos, ou seja, se se toma tais princípios como subjetivos, não seremos vítimas de uma ilusão. Ao contrário, se tomamos esses princípios por objetivos, seremos tomados por uma ilusão que nos leva ao erro:

Por isso, a fonte de todo erro terá de ser procurada única e exclusivamente na *influência desapercibida da sensibilidade sobre o entendimento*, ou, para falar mais exatamente, sobre o juízo. Com efeito, é essa influência que faz com que, ao julgar, tomemos razões meramente *subjetivas* por *objetivas* e, por conseguinte, confundamos a *mera aparência da verdade com a verdade mesma*. Pois é nisso precisamente que consiste a essência da aparência [ilusão] <*Schein*>, que, por causa disso, deve ser considerada como uma razão para ter por verdadeiro um conhecimento falso. O que torna possível o erro é, portanto, a aparência [ilusão] <*Schein*>, segunda a qual o meramente subjetivo se vê confundido no juízo com o objetivo (*Log*, AA 09: 53-54, grifo do autor).

É possível corrigir a ilusão de representar o inexistente ou verossimilhante: por um lado, nos *Sonhos*, uma imagem transportada aos sentidos é um objeto criado por uma pessoa dotada de algum distúrbio mental, que se ilude – tal acontecimento não ocorre em uma pessoa sensata; por outro lado, Kant dirá, na

*Crítica*, que a ilusão da razão não pode, de modo algum, ser dissipada, apenas pode deixar de enganar, mesmo que não possamos dela nos esquivar, já que ela é natural e inevitável:

Trata-se de uma *ilusão* <*Illusion*> que de modo algum pode ser evitada, assim como tampouco podemos evitar que o mar pareça mais alto no meio que na praia porque no primeiro caso vemos-lo mediante raios luminosos mais altos que no segundo, ou mais ainda, assim como o próprio astrônomo não pode evitar que a lua ao surgir pareça maior, se bem que ele não seja enganado por esta ilusão <*Schein*> (*KrV*, B 353-354, grifo do autor).

A ilusão que não pode ser evitada, tal como no exemplo dado por Kant, nos permite constatar que não podemos deixar de nos iludir com a simples sensação de que o mar parece ser mais alto no meio do que na praia. Mas, mesmo que tal ilusão não possa ser evitada, ao menos não somos enganados por ela, pois sabemos da amplitude do mar independentemente do nosso ângulo de visão. Assim como um astrônomo não se engana com a amplitude da lua ao surgir, pois ele tem plena razão dos seus conhecimentos acerca da dimensão da lua, e por isso não é enganado pela aparência de perceber a lua maior. No entanto, nos dois casos, a ilusão permanece, mas nem por isso somos enganados por ela.

Na *Crítica*, a nosso ver, Kant parece retomar essas caracterizações para salientar a ilusão transcendental que acomete a razão em meio aos seus discursos lógicos-conceituais. Mas, aqui, o objetivo de Kant é afirmar que tal ilusão não é negativa, ao menos é problemática, visto que ela permite pensar uma unidade de todo conhecimento, na procura por um incondicionado para o conhecimento condicionado da faculdade de conhecimento.

Vale notar nesta passagem que Kant faz referência a ilusão em dois momentos, mas os distingo pelos termos utilizados para caracterizar esta ilusão. Kant utiliza, vez ou outra, a palavra *Illusion* ou *Illusione*, emprestada do Latim, para tratar da ilusão quando numa mesma sentença há o termo *Schein*, empregado para designar erros. Na *Reflexão* 2550 (entre 1771-1778) Kant diz: “Der Schein ist entweder als *Illusion* des Verstandes, d. i., Grund möglicher Irrthümer, oder als *Illusion* der Urtheilskraft oder der Vernunft zu betrachten”. Traduzindo temos: “A aparência deve ser analisada como ilusão do entendimento, isto é, o fundamento de possíveis erros, ou ilusão da faculdade de julgar ou ilusão da razão”. Nota-se que, aqui, não poderíamos traduzir *Schein* por ilusão, mas tão somente por aparência, pois Kant indicou o sentido da sentença, quando acrescenta um termo emprestado do Latim para indicar ilusão, sem recorrer aos termos *Täuschung*, *Betrug* ou *Blendwerk*, que poderiam trazer um significado próximo.

Nas *Reflexões* Kant nos indica que *Schein* deve ser entendido como aparência, mas com sentido de ilusão, vale citar a *Reflexão* 5063 (próximo de 1776-1778) que diz: “Die transscendentale dialectic ist die Critik des *Schein*, wie die Analytic die doctrin der Wahrheit ist”, que em nossa língua quer dizer: “a

dialética transcendental é a crítica da *aparência*, tal como a analítica é a doutrina da verdade”. Mas também poderíamos versar tal passagem como “a dialética transcendental é a crítica da ilusão”. Em outra reflexão, *Reflexão* 4930 (por volta de 1776-1778), Kant diz: “Der Schein aus mangel des Urtheils ist der Anschein (der erste *Schein*): *apparentia*”, uma possível tradução seria: “a ilusão por imperfeição do juízo é *aparência* (a primeira *aparência*) – ‘*apparentia*’”. A utilização do termo latino nos induz a pensar em duas traduções para a palavra *Schein* em uma mesma frase: “der *Schein* ist der *Anschein*”. *Anschein* significa literalmente “aparência” (um advérbio que deriva do termo alemão *scheinbar*, que significa aparentemente – *es sieht so aus, als so*: parece assim ..., como se ...), então, nesta frase, não poderíamos traduzir *Schein* por *aparência*, pois ficaria: a *aparência* é *aparência*. “Der *Schein* ist der *Anschein* (der erste *Schein*)” – a *aparência* (ou ilusão) é a *aparência* (a primeira *aparência*); entendemos por essa frase o seguinte: a *aparência* é um primeiro aparecimento, uma *aparência*, portanto, algo ainda inconsciente, uma simulação, uma ilusão; assim, deveríamos traduzir a sentença para um significado melhor em nosso português como: “a *aparência* é a ilusão” (a primeira aparição).

Na *Reflexão* 5553, do volume XVIII da Academia, encontramos o termo *Schein* numa passagem que indica um sentido mais próximo de ilusão. Nessa *Reflexão* Kant afirma que a Ilusão ou *Aparência* é uma confusão das condições subjetivas do nosso pensamento com as condições objetivas, como algo que não podemos evitar porque é preciso pensar um incondicionado que é trazido junto com a natureza própria do sujeito. É interessante notar que esta passagem diz respeito ao ponto em que Kant indica a característica da ilusão transcendental no contexto da *Crítica*. E vemos que tanto na *Crítica* quanto nesta *Reflexão* o termo empregado por Kant é *Schein*, o que nos leva a entendê-lo como ilusão ou *aparência*, o que para o vernáculo nos faz entender melhor considerando *Schein* como ilusão.

Segundo a *Reflexão* no original: “Das, was allen *Schein* macht: nämlich die Verwecklung der subjective Bedingungen unseres Denkens mit den objectiven. Diesen können wir nicht vermeiden, weil wir ein object unbedingt denken müssen und keine andere Art es zu denken haben als nur die, welche die besondere Beschaffenheit unseres Subjects mit sich bringt”. Com isso, podemos compreender que *Schein* segue o mesmo sentido que foi empregado na *Crítica*, o que nos leva a permanecer no impasse da tradução por *aparência* ou ilusão.

Mas como já ressaltamos, a versão de *Schein* por ilusão não se distânciava do sentido original, *aparência*, mas é preciso, mais uma vez, aprofundar na questão e ver que Kant também utiliza o termo *Wahn* em algumas *Reflexões* com sentido de ilusão, mas que, na verdade, deve-se entender por loucura.

Na *Reflexão* 6215 Kant diz: “Dem *Wahne* ist der Erfahrungsgebrauch der Vernunft entgegen gesetzt”, que pode ser traduzido por “a *ilusão* é oposta ao uso empírico da razão”, sendo que tal tradução direta faz mais sentido do que traduzir



*Wahn* pelo seu significado mais exato que está ligado à loucura, no sentido de doença mental, ou mesmo distúrbio. Em alemão, *Wahn* é uma pré-palavra, como uma espécie de prefixo, que indica erro, uma falsa percepção, uma cegueira, um deslumbramento (como autoengano) e tal termo se liga às doenças mentais no sentido de delírio, ilusão, loucura ou mesmo imaginação. Essa terminologia é corrente em alguns escritos de Kant quando ele se refere à parestesia ou delírio <*Wahnsinn*>. Mas para o contexto que estamos abordando, o termo *Wahn* ganha um sentido de ilusão, uma má visão, pois trata-se de um mau uso da razão ou mesmo aquela confusão dos princípios subjetivos com “aparência de” princípios objetivos.

A ampliação do conhecimento do entendimento, para além do seu uso empírico, mostra que o uso transcendente das categorias é o resultado ocasionado pela ilusão transcendental, como se as categorias pudessem ser aplicadas a objetos transcendentais a fim de determiná-los em objetos representáveis sensivelmente. A unidade projetada pela razão (*KrV*, B 675) toma o conhecimento do entendimento como possível de ser ampliado para além da experiência possível, mas tal unidade projetada pela razão é uma unidade sistemática exigida pela própria razão: a razão exige subjetivamente uma unidade:

[...] a ideia da razão é um analogon de um esquema da sensibilidade, mas com a diferença de que a aplicação dos conceitos do entendimento ao esquema da razão não é do mesmo modo um conhecimento do próprio objeto (como no caso da aplicação das categorias aos seus esquemas sensíveis), mas só uma regra ou um princípio da unidade sistemática de todo o uso do entendimento. Ora, visto que todo princípio que estabelece a priori a unidade completa do uso do entendimento também vale, se bem que só indiretamente, para o objeto da experiência, assim os princípios da razão pura possuem também realidade objetiva com vistas a este último, só que não para *determinar* algo a este respeito, mas para indicar o procedimento segundo o qual o uso empírico e determinado do entendimento com respeito à experiência pode tornar-se completamente concorde consigo mesmo mediante o fato de, *tanto quanto possível*, ser interconectado com o princípio da unidade completa e derivado do mesmo (*KrV*, B 693-694, grifo do autor).

A razão procura a unidade para os conceitos do entendimento, assim como o entendimento procura a unidade para o múltiplo da experiência sensível transformado em representação como fenômeno. Tanto de um lado quanto de outro há unidade, porém, a unidade promovida pelo entendimento é representável, ao passo que a unidade da razão é estabelecida como uma ideia transcendental, que não possui representação sensível, mas sua possibilidade deve ser dada sempre que a razão exija a completude do conhecimento da natureza em vista de uma unidade, uma ideia.

Para estabelecer a ideia transcendental, que está fora do campo da experiência possível, a razão projeta esta unidade tomando como ponto de

referência o *focus imaginarius*, como um norte, onde irá repousar todas as regras do entendimento, como uma unidade das regras.

Ao buscar a unidade sistemática, a razão não tem em vista somente a unidade do entendimento, mas sim algo maior, mais elevado, uma unidade da natureza. Para esta unidade, a razão estabelece princípios subjetivos, que são chamados, por Kant, de máximas da razão, ou seja, não há propriamente objetos, pois tais máximas são princípios regulativos para a busca da unidade, e não constitutivos, para a determinação dos objetos:

Todos os princípios subjetivos inferidos não da constituição do objeto, mas do interesse da razão por uma certa perfeição possível do conhecimento desse objeto, são por mim chamado *máximas* da razão. Deste modo, há máximas da razão especulativas que repousam unicamente sobre o seu interesse especulativo, embora em verdade possam parecer princípios objetivos. Quando princípios meramente regulativos forem considerados constitutivos, então enquanto princípios objetivos poderão conflitar entre si; mas se forem considerados simplesmente máximas, então já não há um verdadeiro conflito, mas simplesmente um interesse diverso da razão, o qual causa uma separação no modo de pensar. De fato, a razão possui um único interesse, e o conflito das suas máximas é só uma diferença e limitação recíproca dos métodos para satisfazer esse interesse (KrV B 694, grifo do autor).

Isso significa que: se as máximas da razão forem consideradas como princípios constitutivos, poderão tomar forma de princípios objetivos gerando conflitos. Ao contrário, se os princípios regulativos são tomados simplesmente como máximas, isto mostra o interesse da razão, que se constitui em elevar o conhecimento a uma maior unidade possível.

A ideia da razão, que é colocada como fim último de todo conhecimento, como unidade de todo conhecimento, é o horizonte projetado pela razão como unidade. Mas para a efetivação desta unidade, é preciso pressupor que há uma ideia e há um incondicionado, entretanto, quem exige a unidade é a razão, que não se liga diretamente ao conhecimento engendrado pelo entendimento, mas procura unificar o conhecimento do entendimento, por meio da unidade de suas regras.

Com a unidade do conhecimento dada pelo entendimento, a razão busca uma unidade superior para todo o conhecimento dado, uma unidade sistemática de todo o conhecimento:

[...] a ideia é propriamente só um conceito heurístico e não um conceito ostensivo, e indica não como um objeto é constituído, mas como sob a sua direção nós devemos *procurar* a constituição e a conexão dos objetos da experiência em geral. [...] conduzir todas as regras do uso empírico da razão à unidade sistemática e ampliar permanentemente o conhecimento da experiência, mas sem jamais ser contrárias à mesma, então proceder segundo tais ideias constituirá uma máxima necessária da razão. E esta é a dedução transcendental de todas as ideias da razão especulativa não enquanto princípios *constitutivos* da ampliação do nosso conhecimento a um número de objetos maior do que a experiência pode fornecer, mas enquanto princípios

*regulativos* da unidade sistemática do múltiplo do conhecimento empírico em geral [...]. (*KrV*, B 699, grifo do autor).

A ideia, segundo Kant, é um conceito heurístico. Kant mostra que a ideia é um horizonte, uma projeção estabelecida com a indicação de um locus imaginativo, representando pela metáfora do *focus imaginarius*, que, sob a direção da ideia, podemos “procurar” a unidade que constitui e conecta os objetos da experiência em geral. Há um ponto de unidade que é imaginário, não é real, não o tenho como algo determinável e é neste mesmo sentido que a ideia é dada como um objeto da razão, em seu uso real, voltado para a unidade da natureza, unidade esta que não existe de modo fenomênico, pois é a razão que pensa a natureza como unidade. Isso quer dizer, não vejo e não tenho esta unidade na natureza, mas sim em um terreno desconhecido e aquém das forças cognitivas, que poderiam abarcar um conhecimento tão elevado.

A busca pela unidade, com fim na ideia, amplia o uso da razão em relação à experiência sem prejuízo algum, uma vez que o princípio regulativo da razão pressupõe uma unidade sistemática como unidade da natureza como se resultasse da essência das coisas. A razão pura parece prometer uma ampliação do conhecimento para além dos limites da experiência possível, mas ela consegue dar uma unidade maior ao uso empírico do entendimento conduzindo tal uso à unidade sistemática:

Deste modo a razão pura que de início pareceu prometer-nos nada menos que uma ampliação dos conhecimentos acima de todos os limites da experiência, se a compreendemos bem não contém senão princípios regulativos que na verdade ordenam uma unidade maior do que o uso empírico do entendimento pode alcançar, mas que, precisamente pelo fato de extrapolarem a tal ponto a meta a que converge tal uso, através da unidade sistemática levam ao mais alto grau a concordância de um tal uso consigo mesmo. Todavia, se compreendemos mal tais princípios tomando-os por constitutivos de conhecimentos transcendentais, então mediante uma aparência na verdade brilhante, porém enganosa, produzem persuasão e pretensão conhecimento, mas com isso também eternas contradições e desavenças (*KrV*, B 729-730).

As ideias da razão são princípios regulativos que servem como meios para ampliar o uso empírico do entendimento. Vê-se que a razão possui princípios regulativos que promovem o uso positivo da razão no processo do conhecimento a fim de progredir até a unidade do conhecimento sem objeto correspondente.

A razão articula a unidade do conhecimento por meio de princípios regulativos que leva as regras do entendimento à máxima unidade possível, pressupondo uma ideia como unidade sistemática. Mas para chegar a isso, é preciso pressupor a existência da ilusão transcendental natural e inevitável que possibilita a projeção até a ideia transcendental como unidade.

Entre as ideias transcendentais, Alma, Mundo e Deus, cada qual da sua maneira, representa um exemplo de *focus imaginarius*, pois a unidade do sujeito

(alma) não é representativa em objeto algum, assim como a unidade do mundo (cosmologia), não pode ser abarcada por nenhuma intuição sensível, tão pouco pode, a unidade de toda a natureza, o ideal da razão (Deus) ser um objeto de conhecimento. Mesmo assim, posso pensar essas unidades e mostrar como o *focus imaginarius* exerce função positiva em cada uma das ideias transcendentais.

### Considerações finais

Com essa breve exposição sobre a ilusão nos escritos kantiano em 1766 e 1787, e com uma reflexão acerca do termo alemão *Schein* com significado de aparência ou ilusão, pressupomos que existe a possibilidade de considerar a tradução brasileira como a única que assume a tradução de *Schein* por ilusão e não por aparência, como uma tentativa de compreender que *Schein* é uma aparência no sentido de aparição, primeira aparência, primeira visão, algo que ainda não é claro, está confuso.

Nesse sentido, queremos deixar como reflexão a possibilidade de apresentar *Schein* como uma pré-ilusão, no sentido de que ainda não há algo com que se iludir, aproximando assim a tradução brasileira das outras traduções que trazem *Schein* como aparência, ou seja, algo que ainda não é de total consciência.

Com isso, Kant não poderia ter utilizado *Schein* no escrito *Sonhos de um visionário*, uma vez que na *Crítica* ele está expressando a possibilidade de ocorrer uma ilusão quando se confunde princípios subjetivos com objetivos, e lá, Kant mostra o engano no sentido de criação imaginativa ou erro de visão, um engano externo ou interno, ainda não uma ilusão propriamente dita. Mas é preciso considerar que nossa língua não possui termos exatos para traduzir as palavras que Kant utilizou em seus escritos, o que nos leva a traduzir os termos alemães por interpretações.

Ou seja, por que Kant utilizaria de 4 a 5 expressões diferentes, mas com sentidos próximos para dizer sobre um mesmo tipo de ilusão que ocorre de formas diferentes? *Täuschung* é uma ilusão interna; *Betrug* é uma ilusão externa; *Blendwerk* é uma ilusão fantasiosa; *Wahn* é uma ilusão no sentido de delírio; *Schein* é uma ilusão no sentido de aparência. Ou seria uma aparência no sentido de ilusão?

## Referências

- ALLISON, H. E. *Kant's transcendental idealism*. London: Yale University Press, 2004.
- BANHAM, G. *Regulative principles and regulative ideas*. 2010. Disponível em: <[http://www.garybanham.net/PAPERS\\_files/Regulative%20Principles%20and%20Regulative%20Ideas.pdf](http://www.garybanham.net/PAPERS_files/Regulative%20Principles%20and%20Regulative%20Ideas.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- DAVID-MÉNARD, M. *A loucura na razão pura: Kant leitor de Swedenborg*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- ESTEVES, J. “A ilusão transcendental”. In: KLEIN, J. T. (Org.). *Comentários à obra de Kant: Crítica da razão pura*. Florianópolis: NEFIPO, 2012. (Nefiponline). p. 489-560.
- FIGUEIREDO, V. B. *De 1762-1772: estudos sobre a relação entre método, teoria e prática na gênese da crítica kantiana*. 1998. 235 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- FIGUEIREDO, V. B. *Kant & a Crítica da razão pura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (Passo a Passo, 54).
- GRIER, M. *Kant's doctrine of transcendental illusion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- GRIMM, J.; GRIMM, W. *Deutsches Wörterbuch*. Disponível em: <<http://woerterbuchnetz.de/DWB/?sigle=DWB&mode=Vernetzung&lemid=GT01742>>. Acesso em: 6 abr. 2012.
- HEIMSOETH, H. *Transzendente dialektik: ein kommentar zu kants kritik der reinen vernunft*. Berlin: Walter de Gruyter, 1966-71. V.1/3.
- HOEPNER, L.; KOLLERT, A. M. C.; WEBER, A. *Langenscheidt: Taschenwörterbuch Portugiesisch*. Berlin und München: Langenscheidt, 2001.
- HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HULSHOF, M. “O conceito de númeno na “Dialética transcendental”: a abertura para um uso legítimo das ideias da razão”. *Studia Kantiana*, Santa Maria, n. 12 (2012), p. 5-33.
- KANT, I. *Kants Gesammelte Schriften*. 29 Band. Berlin: Georg Reimer, 1902.
- KANT, I. “Prolegômenos a toda metafísica futura que se queira mostrar como ciência”. Tradução de Tania Maria Bernkopf. In: KANT, I. *Textos Seleccionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores, Kant II). p. 5-99.
- KANT, I. *Critique de la raison pure*. 3. ed. Paris: Ladrance, 1864.
- KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. Berlin: Georg Reimer, 1902. Band 3.
- KANT, I. *Logik*. Berlin: Georg Reimer, 1902. Band 09.
- KANT, I. *Briefe*. Berlin: Georg Reimer, 1902. Band 10-13.
- KANT, I. *Reflexion*. Berlin: Georg Reimer, 1902. Band 14-19.
- KANT, I. *Crítica de la razón pura*. Madri: Libreria General de Victoriano Suares, 1928.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores, Kant I).
- KANT, I. *Logic*. New York: Dover Publications, 1988.
- KANT, I. *Lógica*. Rio de Janeiro, 1992.
- KANT, I. *Oeuvres philosophiques: des premiers écrits à la Critique de la raison pure*. [S.l.]: Gallimard, 1997. (Kant).

- KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburg: Meiner, 1998. (Philosophische Bibliothek).
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, I. *The critique of pure reason*. Pennsylvania: Eletronic Classics Series, 2010.
- KANT, I. *Crítica della ragion pura*. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/gdoc.php?id=58917178&url=64b962201dfab74ddbc237eec6d2bef1>. Acesso em: 06 de abr. 2012.
- KANT, I. “Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica”. In: KANT, I. *Escritos pré-críticos*. São Paulo: Unesp, 2005. p. 141-218.
- JOSEPH MARECHAL, S. J. *El punto de partida de la metafísica*. Madrid: Editorial Gredos, 1958. T. II e III.
- LEBRUN, G. “A aporética da coisa em si”. In: LEBRUN, G. *Sobre Kant*. São Paulo: Iluminuras, 2001. p. 51-68.
- LEBRUN, G. *Kant e o Fim da Metafísica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- LEOPOLDO e SILVA, F. “Dialética e experiência”. *Dois pontos*, Curitiba, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 97-112, out. 2005.
- LONGUENESSE, B. “The divisions of the transcendental logic and the leading thread”. In: *Immanuel Kant: Kritik der reinen Vernunft*. Berlin: Akademie Verlag, 1998. (Klassiker Auslegen, Bd. 17-18). p. 131-158.
- MARQUES, A. *Organismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- MOLEDO, F. “Significado lógico y origen histórico-evolutivo del concepto kantiano de dialéctica”. *Cuaderno de Filosofía*, n. 56, p. 31-50, Otoño 2011.
- MOLEDO, F. “Gênesis de los conceptos kantianos de dialéctica y de dialéctica transcendental”. *Estudios Kantianos*, Marília, v. 2, n. 1 (2014), p. 41-50.
- PANKNIN-SCHAPPERT, H. “Les ténèbres qui précèdent la lumière de 1769: le changement de paradigme du sens interne”. In: *Années 1747-1781: Kant avant la Critique de la raison pure*. Paris: Vrin, 2009. p. 185-192.
- PEREZ, D. O. “A loucura como questão semântica: uma interpretação kantiana”. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 32, n. 1 (2009), p. 95-117.
- PICHÉ, C. *Das ideal: ein Problem der Kantischen Iddenlehre*. Bonn: Bouvier, 1984.
- PONS, J. C. *Kant: assaig per introuir en filosofia el concepte de magnitud negativa i Somnis d'un visionari explicats per somnis de la metafísica (comentari)*. Enrahonar, Barcelona, n. 4, p. 37-45, 1982.
- ROZENBERG, J. “La théorie optique de l'hallucination dans les Rêves d'un visionnaire de Kant”. *Revue philosophique de la France et de l'étranger*, n.1 (1985), pp.15-26.
- SANTOS, L. R. dos. *Metáforas da razão ou economia poética do pensar kantiano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- SANTOS, P. R. L. dos. “Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura”. *Studia Kantiana*, n. 6-7 (2008), p. 135-179.
- SCHMUCKER, J. *Das Welproblem in Kants Kritik der reinen Vernunft*. Bonn: Bouvier, 1990.
- SMITH, N. K. *A commentary to Kant's "Critique of Pure Reason"*. 2. ed. New York: Palgrave, 2003.
- THEIS, R. “De L'illusion transcendente”. *Kant-Studien*, n. 76 (1985), p. 119-137.

WAHRIG, G. *Deutsches Wörterbuch*. München: Mosak Verlag, 1987.

**Resumo:** Trata-se de compreender a ilusão nas obras kantianas em 1766 e 1787 a partir da crítica de Kant à metafísica tradicional e a caracterização da ilusão transcendental na *Crítica da razão pura* (1787) e a ilusão de ótica nos *Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica* (1766). Tendo como eixo de investigação a genealogia do termo alemão *Schein* a partir da Dialética Transcendental da *Crítica* e suas acepções na tradução para o português do Brasil, que traduz *Schein* por ilusão, e o português de Portugal que traduz *Schein* por aparência. Apoiados nos *Sonhos de um visionário* e nas *Reflexões*, iremos verificar os termos que querem designar, em português, o sentido de ilusão quando, em alemão, tais termos possuem outros significados. Com isso, queremos entender porque Kant utiliza várias palavras em alemão para expressar o mesmo contexto da ilusão, engano, erro, loucura ou mesmo fantasia.

**Palavras-chave:** Schein. Täuschung. Betrug. Blendwerk. Illusion. Wahn.

**Abstract:** It is about understanding the illusion in Kant's works in 1766 and 1787 from Kant's critique of traditional metaphysics and the characterization of transcendental illusion in the Critique of Pure Reason (1787) and the illusion of optics in the Dreams of a Visionary explained by dreams of metaphysics (1766). Having as research axis the genealogy of the German term Schein from the Transcendental Dialectic of Criticism and its meanings in the Portuguese translation of the Brazilian, that translates Schein by illusion, and the Portuguese of Portugal that translates Schein by appearance. Supported in the dreams of a visionary and in the Reflections, we will verify the terms that want to designate, in Portuguese, the sense of illusion when, in German, such terms have other meanings. With this, we want to understand why Kant uses several words in German to express the same context of illusion, deception, error, madness or even fantasy.

**Keywords:** Schein. Täuschung. Betrug. Blendwerk. Illusion. Wahn.

Recebido em: 12/2017

Aprovado em: 12/2017